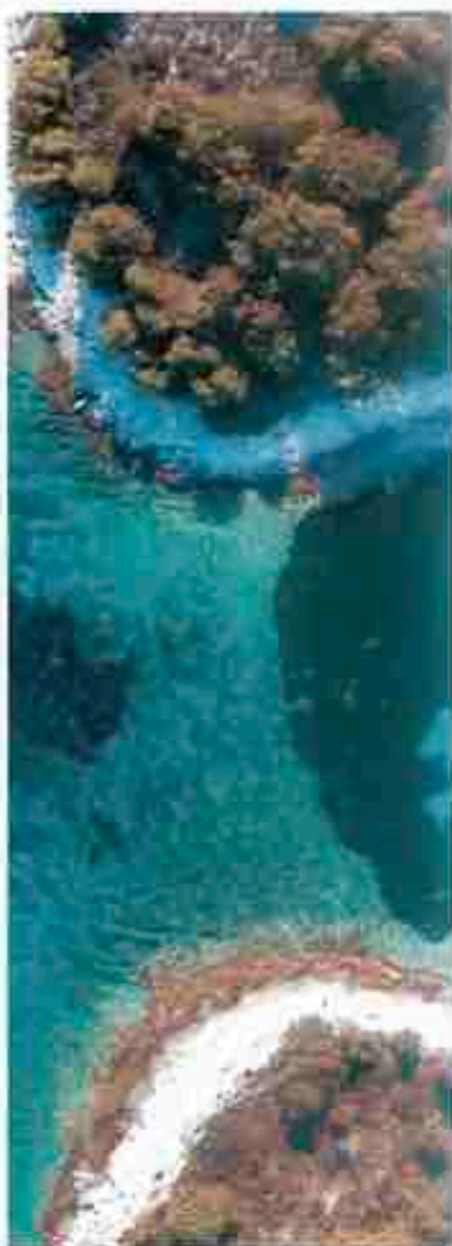
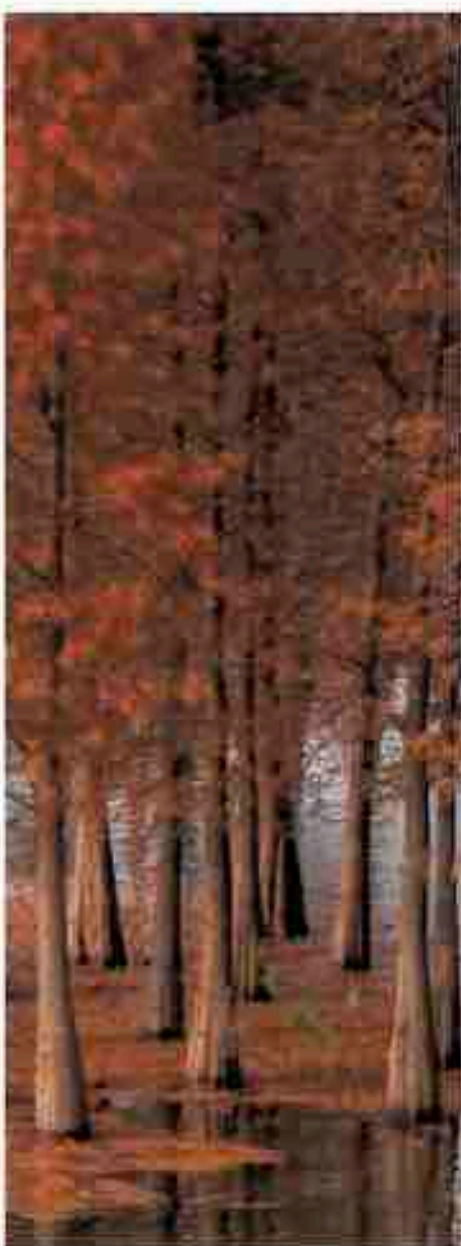


Fundo de Pensões
Banco Popular Portugal

Relatório e Contas 2025



Relatório & Contas

2025

Fundo de Pensões
Banco Popular Portugal

Índice

1.	Relatório de Gestão	4
1.	Âmbito.....	4
2.	Enquadramento Macroeconómico.....	4
3.	Evolução geral do Fundo de Pensões e da atividade desenvolvida no período	16
4.	Alterações com Impacto Significativo na Gestão do Fundo de Pensões.....	17
5.	Política de Investimentos do Fundo de Pensões	17
6.	Cumprimento dos Princípios e Regras Prudenciais Aplicáveis aos Investimentos do Fundo de Pensões	18
7.	Limites de exposição e alocação estratégica vs alocação atual	18
8.	Evolução da Estrutura da Carteira de Investimentos do Fundo de Pensões	19
9.	Performance e Rendibilidade do Fundo de Pensões	19
10.	Benchmarks.....	20
11.	Evolução dos Riscos materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto	20
12.	Gestão dos Riscos Materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto, Incluindo a Eventual Utilização de Produtos Derivados e Operações de Reporte e de Empréstimo de Valores	20
13.	Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões.....	21
14.	Considerações Finais.....	21
2.	Demonstrações Financeiras	22
3.	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	24
4.	Certificação do Revisor Oficial de Contas.....	40

1. Relatório de Gestão

1. ÂMBITO

O presente relatório tem como objetivo dar cumprimento ao estabelecido em Norma Regulamentar Nº 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativa ao Relatório Financeiro dos Fundos de Pensões, reportando-se a 31/12/2025.

Nome Fundo	Fundo de Pensões Banco Popular Portugal
Designação Associado	Banco Popular Portugal, S.A. ¹
Plano de Pensões	Benefício definido – Plano dos Empregados Benefício definido – Plano dos Administradores
Ano	2025

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia Internacional

Em 2025, a economia mundial manteve um ritmo de crescimento moderado e relativamente estável, apesar de um contexto geopolítico e comercial mais fragmentado e de uma transição gradual para condições monetárias menos restritivas.

Em linha com as promessas eleitorais em matéria de política comercial e tarifas aduaneiras, a 2 de abril de 2025 o Presidente Trump anunciou as “Tarifas Recíprocas”, aplicáveis aos principais parceiros comerciais, com efeitos a partir da semana seguinte (9 de abril).

As exportações dos diferentes países e blocos comerciais passariam a ficar sujeitas a tarifas aduaneiras entre 10% (Reino Unido), 20% (União Europeia) e 37% (China), podendo alguns parceiros de menor dimensão enfrentar tarifas próximas de 50%.

A instabilidade gerada pelo anúncio - com forte perturbação nos principais mercados financeiros - levou ao adiamento das tarifas por um período de 90 dias, prazo que foi sucessivamente prorrogado até 1 de agosto, para permitir a negociação de acordos comerciais.

Adicionalmente, manteve-se a possibilidade de aplicação de tarifas adicionais a produtos específicos, como o aço e o alumínio, ou a produtos farmacêuticos.

Entretanto, foram alcançados acordos com o Reino Unido (tarifa de 10%), com a União Europeia (15%, abrangendo cerca de 70% dos bens exportados, incluindo automóveis e produtos farmacêuticos) e um acordo parcial com a China.

¹ Em 17/12/2017 ocorreu a fusão por incorporação do Banco Popular Portugal, S.A. no Banco Santander Totta, S.A.

Ainda assim, em fevereiro de 2026, o Supremo Tribunal dos EUA declarou ilegais as tarifas impostas ao abrigo da IEEPA. Em resposta, a Administração anunciou novas tarifas (ao abrigo da Secção 122) de 15% e reavaliou a utilização de medidas adicionais.

Apesar deste contexto, o FMI, na atualização de janeiro de 2026 do World Economic Outlook, estimou que o PIB mundial terá crescido 3,3% em 2025 (o mesmo ritmo de 2024), refletindo resiliência face aos novos choques associados à alteração da política comercial dos EUA.

A economia global pode, assim, ser descrita como "estável, mas frágil": a desinflação prosseguiu, as condições financeiras melhoraram e o investimento associado à digitalização e à inteligência artificial (IA) ganhou peso; em contrapartida, a incerteza de política económica permaneceu elevada e as barreiras ao comércio aumentaram, condicionando o investimento e o comércio internacional.

A divergência entre economias avançadas e emergentes manteve-se em 2025. O FMI estima um crescimento de 1,7% nas economias avançadas, contrastando com 4,4% nas economias emergentes e em desenvolvimento. A Ásia emergente permaneceu o principal motor do crescimento global, embora sem recuperar os ritmos observados antes da pandemia.

Num contexto de crescimento moderado, a composição da atividade ganhou relevância: a procura interna manteve-se resiliente em várias economias, enquanto o comércio mundial beneficiou de nichos específicos (tecnologia/IA) que compensaram a perda de dinamismo noutros bens.

O volume do comércio mundial de bens e serviços aumentou 4,1% em 2025, de acordo com as estimativas do FMI, refletindo um ano de recuperação face a 2024. No primeiro semestre de 2025, o comércio foi suportado por um forte dinamismo do setor tecnológico, com os fluxos de bens "AI-enabling" (habilitadores de IA) a contribuírem de forma expressiva para o crescimento do comércio, no 2.º trimestre de 2025.

De igual modo, parte do dinamismo do comércio no início de 2025 refletiu a antecipação ("front-loading") de transações, perante as expectativas de aumento de tarifas. Este efeito temporário sustentou a atividade no curto prazo, mas elevou os riscos de arrefecimento subsequente, à medida que essa antecipação se for dissipando.

	2024	2025E	2026F
Mundo	3,3	3,3	3,3
Países Avançados	1,8	1,7	1,8
EUA	2,8	2,7	2,4
UEM	0,0	0,4	1,3
Reino Unido	1,1	0,4	0,3
OCDE	0,2	1,1	0,2
Países em Desenvolvimento	4,3	4,4	4,2
Ásia	4,7	4,4	4,6
Ásia	5,3	5,4	5,0
China	6,0	3,0	4,5
Europa em Desenv.	3,5	3,0	2,3
México/Chama	2,7	3,7	3,9
América Latina	2,4	2,4	2,2
Brazil	3,4	2,9	1,8

Fonte: FMI, Janeiro de 2026

Para além do crescimento agregado, 2025 foi marcado por alterações na composição da procura e por sinais de "normalização" pós-pandemia: abrandamento progressivo do consumo suportado pelo excesso de poupança em algumas economias, maior seletividade do investimento e reequilíbrio gradual entre bens e serviços.

Este padrão é consistente com um ciclo de investimento em infraestruturas digitais e capacidade computacional, visível na procura por semicondutores, hardware e serviços associados, com efeitos relevantes sobre exportações na Ásia e sobre o investimento em economias como os Estados Unidos.

A inflação global manteve uma trajetória descendente, mas com desaceleração mais lenta do que em 2023-24, para cerca de 4,1% (5,8% em 2024): 2,5% nas economias avançadas (convergindo para perto dos objetivos dos bancos centrais) e 5,2% nas economias emergentes e em desenvolvimento.

A desinflação em 2025 foi apoiada pelo arrefecimento dos preços da energia, pela normalização das cadeias de abastecimento e por condições monetárias ainda restritivas em parte do ano. Ao mesmo tempo, a inflação subjacente (em especial em serviços) manteve alguma persistência, refletindo pressões salariais e rigidez em componentes menos transacionáveis.

Os EUA mantiveram, em 2025, um desempenho superior ao da maioria das economias avançadas, com o PIB a crescer 2,1%, desacelerando face a 2,8% em 2024, mas ainda consistente com uma procura interna resiliente.

O consumo privado continuou a ser a componente com maior contributo para o crescimento, embora as famílias tenham evidenciado preocupação com o custo de vida e com expectativas de inflação ainda elevadas, em particular devido à persistência da inflação subjacente.

Em 2025, a inflação desacelerou mais lentamente, para 2,7%, evolução sobretudo explicada pela componente subjacente (que exclui alimentação e energia), que se manteve em 2,6%, acima do objetivo da Reserva Federal.

No mercado de trabalho, as estimativas de criação de emprego foram sucessivamente revistas em baixa; a taxa de desemprego situou-se em torno de 4,5%, sem impedir que os salários continuassem a crescer acima da inflação (cerca de 3,7%).

O investimento beneficiou do foco em infraestruturas digitais e na adoção da IA, com a construção de centros de dados a assumir já um peso relevante no investimento em construção não residencial.

A Reserva Federal prosseguiu uma política de alívio gradual, com uma redução muito moderada das taxas de juro de referência. Apesar da pressão da Administração Trump para uma atuação mais rápida, reduziu a taxa dos Fed funds por três vezes, num total de 75 pb, para 3,50%-3,75%. Por outro lado, suspendeu o programa de redução do balanço (quantitative tightening), depois de ter começado por abrandar o ritmo de contração.

Na China, o PIB terá crescido cerca de 5%, em linha com o observado no ano anterior, embora beneficiando também de fatores temporários, nomeadamente da antecipação de exportações para os EUA, preventivamente à imposição de tarifas, que compensaram os efeitos associados à continuidade do ajustamento no imobiliário e à dissipação de estímulos orçamentais.

A Índia destacou-se, com crescimento estimado de 7,3% em 2025, confirmando a manutenção de um diferencial positivo face a outras grandes economias. Este desempenho ajuda a explicar a contribuição persistente da Ásia para o crescimento mundial.

No Japão, o PIB terá crescido 1,1% em 2025, após um desempenho fraco em 2024 (-0,2%), numa recuperação moderada ainda condicionada por fatores demográficos, pela estrutura produtiva e pela dinâmica de preços. A inflação manteve-se acima de 2%, tanto no índice geral (2,1%) como no subjacente (2,4%). Neste contexto, o Banco do Japão subiu as taxas de juro no início de 2025 em 25 pb, para 0,50%, orientação que foi reafirmada em meados do ano.

No Reino Unido, a atividade acelerou apenas ligeiramente, com o PIB a crescer 1,4% em 2025. Contudo, ao longo do ano permaneceram condicionantes de política orçamental, com dúvidas quanto à capacidade de reduzir o défice orçamental sem aumentar os impostos sobre o rendimento ou reduzir mais marcadamente a despesa pública. A inflação desacelerou, mas permaneceu acima de 3%, o que não impediu que o Banco de Inglaterra reagisse aos riscos de abrandamento da atividade e ao contexto de incerteza, com quatro cortes da principal taxa de juro, num total de 1 pp, para 3,75%.

Na zona euro, o crescimento recuperou face ao ritmo anémico de 2024 (1,4% face a 0,9% no ano anterior), num quadro de procura interna mais sustentada pela desaceleração da inflação e pela melhoria gradual das condições financeiras.

A heterogeneidade dentro da zona euro manteve-se marcada, com os países ditos periféricos (nomeadamente, Portugal e Espanha) a crescerem mais do que as economias core: crescimentos de 1,9% e 2,9%, respetivamente, comparativamente com 0,2% na Alemanha, 0,8% em França e 0,5% em Itália, refletindo diferenças estruturais, dinâmica do consumo e exposição setorial ao comércio e à indústria.

Na Alemanha, 2025 marcou a saída da contração de 2024 (-0,5%), mas com crescimento ainda baixo (0,2%), num contexto de ajustamento industrial, investimento condicionado e procura externa menos favorável.

As eleições gerais no início do ano resultaram num novo Governo liderado pela CDU, que adotou um conjunto de medidas destinadas a estimular o crescimento no curto/médio prazo. Destaca-se o alívio do travão da dívida pública, que deverá permitir financiar um ambicioso programa de infraestruturas (500 mil milhões de euros), bem como o aumento da despesa em defesa.

Em França e Itália, a recuperação foi gradual, limitada por condições financeiras ainda apertadas em parte do ano, pela necessidade de ajustamento orçamental e por níveis de confiança que melhoraram, mas sem regressarem plenamente aos padrões pré-pandemia. Em França, a instabilidade política permaneceu elevada, com a nomeação de vários governos; a aprovação do orçamento exigiu a suspensão de algumas reformas (como a das pensões).

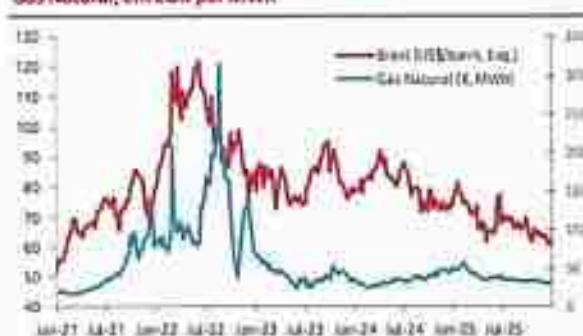
Em Espanha, o crescimento permaneceu elevado em 2025, suportado pela procura interna e pelos serviços (incluindo turismo), mas com expectativas de moderação no horizonte seguinte, à medida que o impulso cíclico se reduz.

O **mercado de trabalho** continuou a caracterizar-se por elevados níveis de emprego, tendo a taxa de desemprego oscilado em torno de 6,2% durante a maior parte do ano, contribuindo para a resiliência do consumo privado.

A **inflação** continuou a desacelerar de forma moderada; no final de 2025, a inflação total já se situava em 2,0%, mas a inflação subjacente (que exclui alimentação e energia) mantinha-se em 2,3%, ligeiramente acima do objetivo de 2,0%.

Reconhecendo a convergência da inflação para o objetivo, o Banco Central Europeu prosseguiu a sua política de redução das taxas de juro, com quatro cortes no 1.º semestre do ano. Em junho, a taxa de depósito situava-se em 2,0%, 1 pp abaixo do nível observado no final de 2024.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e
Gás Natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

Ao nível dos preços das **matérias-primas**, observou-se uma divergência de comportamento. Por um lado, ocorreu uma descida dos preços do **petróleo**, em cerca de 20% em média anual, para USD 60/barril no final de 2025. Em junho, houve uma escalada no conflito entre Israel e o Irão (a "Guerra dos 12 dias"), com impacto temporário sobre o preço do petróleo, entretanto dissipado com o fim do conflito e com o aumento da produção pela OPEP+.

Os preços das **matérias-primas não energéticas** cresceram, em média, cerca de 9%, revelando pressões em alguns segmentos e produtos industriais (como o aço) e alimentares.

A evolução das taxas de juro de curto prazo refletiu a condução da política monetária pelos principais bancos centrais.

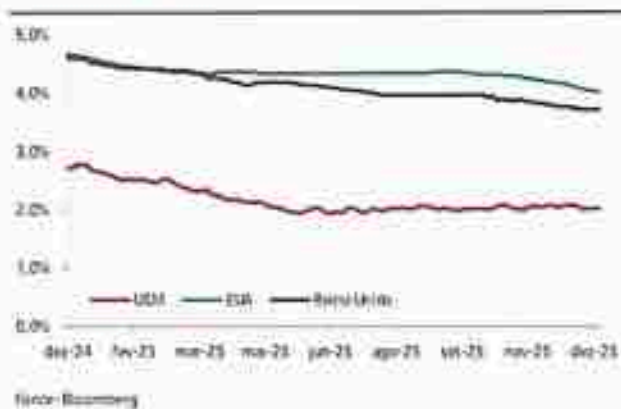
Ao longo do ano, como referido, as taxas de juro de referência desceram 75 pb nos EUA e 100 pb na zona euro e no Reino Unido, respetivamente, embora com trajetórias diferenciadas ao longo do ano.

O BCE terminou o seu ciclo de descida em junho, colocando a taxa de depósito em 2,0%; a partir dessa data, as taxas Euribor passaram a oscilar em torno desse valor.

Nos EUA, a Reserva Federal manteve as taxas inalteradas até setembro, quando iniciou um ciclo de três cortes (setembro, outubro e dezembro). Em resultado, as taxas a 3 meses do dólar norte-americano permaneceram acima de 4% durante a maior parte do ano, reduzindo-se apenas com o retomar do ciclo de descida.

No Reino Unido, houve duas pausas no ciclo de descida, em março e novembro, sinalizando a necessidade de maior desaceleração da inflação. O corte de dezembro foi decidido por margem mínima, evidenciando o foco ainda colocado sobre a necessidade de a inflação convergir para o objetivo de 2%.

Taxas de Juro 3 Meses

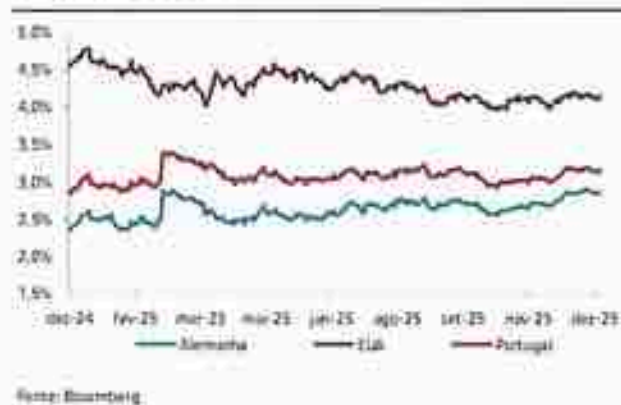


As taxas de juro de longo prazo revelaram menor volatilidade do que no ano transato, apesar dos vários eventos geopolíticos e geoeconómicos que caracterizaram o ano.

Nos EUA, as yields desceram, sobretudo a partir do segundo semestre do ano, apesar da aprovação da “One Big Beautiful Bill”, com a extensão de estímulos fiscais e a redução de despesa (sobretudo social), mas que poderá ter um custo superior a 3 triliões de dólares, num horizonte de 10 anos. No final do ano, a yield a 10 anos situava-se em 4,2%, uma redução de cerca de 40 pb face ao final de 2024.

Na Europa, pelo contrário, as yields subiram, ainda que de forma não muito pronunciada: a yield alemã para os 10 anos aumentou cerca de 50 pb, para 2,85%. A principal razão prendeu-se com alterações na política orçamental na Alemanha, com o alívio do travão da dívida pública e com o programa de estímulos assente em investimentos em infraestruturas e defesa.

Taxas de Juro 10 Anos



Fruto destes fatores, observou-se, em 2025, um estreitamento dos diferenciais de taxas de juro soberanas face à Alemanha, de forma relativamente generalizada.

A exceção foi França, onde as dificuldades na aprovação do orçamento, combinadas com a formação de novos governos, trouxeram alguma volatilidade no segundo semestre do ano, parcialmente revertendo os ganhos do início do ano.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo
face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Em resultado, no final de dezembro, a yield francesa a 10 anos estava 70 pb acima da alemã, o que compara com um diferencial de 30 pb em Portugal e de 44 pb em Espanha. Mais relevante, o diferencial da dívida francesa ultrapassou o da dívida italiana que, em 2025, registou um estreitamento significativo para 66 pb (-50 pb face ao final de 2024).

Merece igualmente destaque a clara melhoria da perceção de risco, por parte dos investidores, relativamente à dívida portuguesa, processo que já se tinha iniciado em 2024. Portugal passou a ter o menor diferencial face à dívida alemã desde antes da Grande Crise Financeira.

Esta evolução continuou a refletir a melhoria do quadro orçamental, com excedente global e redução sustentada do rácio da dívida pública, em contraste com a maioria dos pares europeus. Em 2025, o rácio da dívida pública portuguesa caiu abaixo de 90% do PIB. No mesmo ano, a notação de risco da República Portuguesa foi revista em alta em dois notches, para A+, pela agência S&P, e em um notch, para A (high), pela DBRS.

No mercado cambial, o euro apreciou-se face à generalidade das divisas, em particular face ao dólar norte-americano, que foi especialmente afetado pela instabilidade gerada pelas tarifas após o "Dia da Libertação" (2 de abril de 2025).

Em 2024, a narrativa associada à evolução da taxa de câmbio do euro-dólar esteve relacionada com o facto de a zona euro poder ser a região mais afetada pela imposição de tarifas. Em 2025, o que se observou foi um movimento de aversão ao risco, em que o dólar foi preterido enquanto divisa. Em resultado, a taxa de câmbio apreciou de 1,03 dólares para cerca de 1,18 dólares no final do ano (+13%), com picos pontuais acima desse nível durante o segundo semestre.

Esta evolução relançou a discussão quanto aos riscos de maior desinflação na zona euro e/ou riscos de maior abrandamento da atividade, mas sem repercussões em termos de intervenção do BCE.

Face à libra esterlina, o euro também apreciou cerca de 5%, para 0,87 libras no final do ano, num movimento que se consolidou no segundo semestre. Os receios quanto à política orçamental britânica penalizaram a libra.

Face ao dólar, a libra apreciou de cerca de 0,8 libras por dólar para 0,74 libras no final do ano (+7%).

Relativamente ao iene japonês, o euro apreciou cerca de 13%, para 184 ienes por euro. A taxa de câmbio do iene face ao dólar registou uma forte apreciação no primeiro quadrimestre do ano, atingindo 140 ienes por dólar, para posteriormente reverter tendência e recuperar os 155 ienes observados no início de 2025.

Em resultado destes movimentos conjuntos, a taxa de câmbio efetiva do euro, que agrega as divisas das principais economias de referência para a zona euro, apreciou cerca de 6%.



Os mercados acionistas voltaram a registar uma valorização de relevo em 2025, apesar de elevada volatilidade no segundo trimestre do ano, apoiados pelos bons resultados das empresas e, sobretudo, pela vaga de investimento (efetivo e anunciado) relacionada com a disseminação massiva da IA.

O “Dia da Libertação”, com o anúncio das tarifas recíprocas por Donald Trump, gerou um período de elevada volatilidade e correção nos mercados acionistas, com o S&P 500 a desvalorizar cerca de 15% face ao início do ano.

A reversão das primeiras medidas tarifárias e os vários acordos negociados nos meses seguintes permitiram uma recuperação rápida, pelo que a generalidade dos índices internacionais terminou o ano em máximos históricos (ou muito próximos): o índice norte-americano (S&P 500), com uma valorização de 16,4%, o japonês (Nikkei) com 26,2%, o pan-europeu (Euro Stoxx 50) com 18,3% e o britânico (FTSE) com 21,5%.



Em Portugal, o índice PSI destacou-se com uma forte valorização (+30%), de forma relativamente generalizada. Doze das 16 empresas que integram o índice valorizaram, com destaque para a banca, retalho, indústria e utilities.

O ouro manteve uma trajetória de valorização contínua, terminando 2025 nos 4.314 dólares, refletindo o seu papel de refúgio num contexto de elevada incerteza geopolítica e geoeconómica.

Economia Portuguesa

Em 2025, a economia portuguesa manteve um ritmo sólido de crescimento (1,9%), embora em desaceleração face aos 2,2% do ano transato (revisitos em alta face à estimativa inicial de 1,9%). Mais relevante, continuou a crescer acima da sua tendência de médio prazo e a um ritmo superior ao da zona euro.

O crescimento foi suportado sobretudo pela procura interna, que permitiu acomodar o aumento da incerteza geopolítica e a menor dinâmica da procura externa.

A situação de pleno emprego continuou a sustentar um crescimento robusto do consumo privado, enquanto o investimento beneficiou da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

À semelhança de anos anteriores, a evolução intra-anual foi diferenciada. No primeiro trimestre, o PIB contraiu 0,3%, refletindo efeitos de base, uma vez que no final de 2024 o Governo tinha adotado um conjunto de medidas com impacto sobre o rendimento das famílias e o consumo privado (redução do IRS e pagamento de uma prestação suplementar aos pensionistas). Nos trimestres seguintes, a atividade recuperou, com crescimentos em cadeia de 0,7%, 0,6% e 0,9% (o 4.º trimestre voltou a ser influenciado por medidas de apoio ao rendimento das famílias, idênticas às de 2024).

Portugal - Dados Macroeconómicos

	2023	2024	2025
PIB	3,1	2,2	1,9
Consumo Privado	2,4	3,0	3,5
Consumo Público	1,8	1,5	1,7
Investimentos	1,9	2,8	3,1
Exportações	4,3	3,2	0,4
Importações	2,8	4,1	4,2
Inflação anual	4,2	2,4	1,2
Desemprego	6,5	6,4	6,0
Salário médio (€/mês)	1,2	1,5	1,5
Divida pública (% do PIB)	26,9	11,0	10,1
Sal. Corrente e Líquido (% do PIB)	1,9	3,5	3,1

Fonte: IGE, Banco de Portugal, INE, Eurostat, Banco de Portugal, Eurostat, Banco de Portugal

A procura interna reforçou o seu papel enquanto motor da economia, com um contributo de 3,7 pp para o crescimento do PIB, dos quais 2,2 pp do consumo privado e 1,2 pp do investimento. As exportações líquidas, por sua vez, ampliaram o contributo negativo para 1,8 pp, refletindo a quase estagnação das exportações.

O consumo privado cresceu 3,5% em 2025, ligeiramente mais rápido do que em 2024, beneficiando da recuperação do poder de compra das famílias, com ganhos salariais acima da inflação. Ainda assim, parte desses ganhos continuou a ser canalizada para poupança: no final do 3.º trimestre, a taxa de poupança situava-se em 12,5%, uma clara alteração estrutural face ao observado no período de 2015-2019. Este posicionamento das famílias refletiu-se também no indicador de confiança, que, embora em linha com a média histórica, ainda não recuperou os níveis pré-pandemia.

A recuperação do poder de compra pelas famílias permitiu, contudo, uma alteração na estrutura da despesa de consumo, com maior crescimento das componentes discricionárias, como bens duradouros (+7,1%) e bens e serviços não alimentares (+3,4%).



O mercado de trabalho continuou a caracterizar-se por uma situação de pleno emprego: a economia criou mais 191 mil empregos (atingindo o máximo de 5,34 milhões) e o desemprego reduziu-se em 42 mil pessoas, para 326 mil desempregados. Em resultado, a taxa de desemprego caiu para 5,8% no final do ano (6,0% em média anual).

Este maior crescimento do emprego relativamente ao PIB traduziu-se numa redução da produtividade (-0,4%).

A remuneração bruta total mensal média aumentou 5,6% em 2025, o que se traduziu num aumento real de 3,2%.



A **inflação** desacelerou de forma mais moderada, em linha com a dinâmica observada no conjunto da zona euro, para 2,3% em média anual. No final do ano, os preços cresciam 2,2% em termos homólogos. À semelhança do observado em 2024, os preços dos bens aumentaram a um ritmo mais contido (1,1%), incluindo uma redução de 0,2% nos preços dos bens energéticos, enquanto os preços dos serviços continuaram a crescer de forma relevante (4,0%), refletindo também o dinamismo do mercado de trabalho.

A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou igualmente para 2,3%.

O investimento acelerou marcadamente, com um crescimento de 5,7%, numa dinâmica em que a execução do PRR foi determinante.

No final de fevereiro de 2026, os pagamentos já representavam 52% da dotação de 21,9 mil milhões de euros.

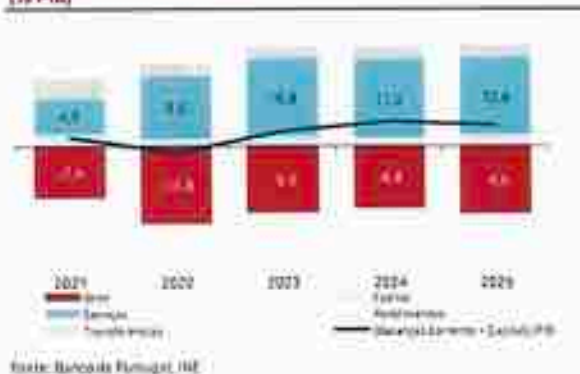
As componentes de equipamento de transporte (+2,1%), propriedade industrial (+5,0%) e construção (+5,5%) foram as que mais cresceram. Em contrapartida, a despesa de capital em outras máquinas e equipamentos contraiu 1,3%.

Em 2025, registou-se um ligeiro aumento da atividade de construção residencial, mas ainda manifestamente abaixo das necessidades do mercado: nos primeiros 9 meses do ano, foram construídos 20 mil fogos (+6,2%), valor muito inferior ao volume anual de transações, superior a 160 mil fogos.

As exportações de bens e serviços cresceram apenas 0,4% em 2025, com uma desaceleração profunda tanto ao nível dos bens (+0,3%) como dos serviços (+0,4%). Portugal reverteu a tendência e perdeu quota de mercado no comércio internacional, uma vez que a procura externa dirigida a Portugal terá crescido cerca de 4%.

As importações desaceleraram apenas marginalmente face a 2024, com um crescimento de 4,2%, sobretudo explicado pelos bens (+4,6%), possivelmente também refletindo a antecipação de fluxos devido ao contexto de incerteza relacionado com a política comercial dos EUA.

Balança Corrente e de Capital
(% PIB)



A balança corrente e de capital manteve uma posição excedentária de 2,7% do PIB, ligeiramente abaixo dos 3,3% observados em 2024, em grande medida em resultado da evolução da balança de bens, que agravou o défice. As demais componentes da balança corrente mantiveram-se estáveis. A balança de capitais, que reflete sobretudo os fundos europeus, ampliou o excedente para 1,5% do PIB, por maiores entradas de fundos relacionados com o PRR.

A execução das contas públicas continuou a evoluir favoravelmente, com o Ministério das Finanças a estimar um excedente de 0,3% do PIB, enquanto a dívida pública caiu para 89,7% do PIB.

A receita fiscal aumentou 4,1%, suportada sobretudo pela receita de impostos indiretos (+7,0%), onde se destaca o IVA (+10,3%), refletindo a resiliência da procura interna.

Os impostos diretos cresceram mais moderadamente (+1,0%), fruto das alterações ocorridas nas taxas de imposto, com a redução das taxas quer do IRS, quer do IRC, no quadro do alívio da carga fiscal que tem vindo a ser executado desde 2024.

A receita de contribuições sociais cresceu 5,4%, refletindo o dinamismo do mercado laboral, em termos de número de empregados e de aumento dos salários.



A despesa primária continuou a crescer de forma dinâmica (+12,1%), acima da receita efetiva (+9,8%), sobretudo devido às medidas de reposição salarial na função pública e à atualização de prestações sociais. As despesas com pessoal cresceram 5,3% (com as remunerações certas a aumentar 7,0%), na sequência de negociações com vários grupos profissionais, incluindo atualizações salariais e alterações em carreiras e prémios. As prestações sociais aumentaram 6,7%, refletindo a atualização de pensões e o suplemento extraordinário, que voltou a ser pago em 2025. Por fim, os encargos com o serviço da dívida aumentaram 2,9%.

A descida das taxas de juro pelo BCE e a subsequente redução das taxas de juro dos novos depósitos contribuíram para relançar a procura por Certificados de Aforro, com subscrições líquidas de 3,4 mil milhões de euros em 2025. A normalização das taxas de juro refletiu-se também numa estabilização da taxa de juro da nova dívida em 3,4%, com a taxa de juro média do stock a subir ligeiramente para acima de 2%.

Como referido, a geração de um excedente primário continuou a contribuir para a redução da dívida pública que, no final de 2025, era de 89,7% do PIB (-3,0 pp face ao final de 2024).

O endividamento da economia portuguesa situou-se, em setembro de 2025, em 246% do PIB (-7 pp face ao final de 2024), com o setor das sociedades não financeiras privadas a totalizar 100% (-5 pp) e as famílias 56% do PIB (-1 pp), sendo o remanescente representado pela dívida pública. O período de crescimento económico acima do potencial tem sido aproveitado, de forma generalizada, para uma melhoria da solvência dos agentes económicos.

A continuação de um quadro de crescimento económico sustentado e de consolidação das contas públicas permitiu à República beneficiar de mais dois upgrades na notação de risco em 2025: a agência S&P reveriu o rating duas vezes, para A+, e a DBRS reveriu uma vez, para A (high). A Fitch atribuiu um rating de A- e a Moody's de A3.

O setor bancário caracterizou-se por um significativo crescimento dos volumes de negócio. Em 2025, o crédito aos particulares cresceu 9,0%, muito explicado pela dinâmica do crédito à habitação, que aumentou 9,6%. As medidas de apoio aos jovens para aquisição de habitação própria permanente, nomeadamente a garantia pública, tiveram um contributo importante, uma vez que os jovens foram responsáveis por cerca de 60% da originação de novas hipotecas.

O crédito a empresas cresceu também, embora de forma mais moderada, em 2,8%, revertendo a redução observada no ano anterior. O Banco Português de Fomento lançou novas linhas com garantia pública, o que contribuiu para esta dinâmica, em especial para as empresas de menor dimensão.

Os recursos de clientes também evoluíram de forma favorável (+5,9%). No segmento de particulares, em resultado da redução das taxas de juro, o maior crescimento ocorreu em aplicações fora de balanço (+16,2%), ou seja, em fundos de investimento e em seguros financeiros. Ao nível dos depósitos de particulares, o crescimento foi mais moderado (4,3%) e maioritariamente concentrado em depósitos à ordem (+7,5%, face a +2,1% no crescimento dos depósitos a prazo).

A conjuntura macroeconómica favorável continuou a contribuir para a melhoria da qualidade creditícia, tendo o rácio de Non-Performing Loans do sistema a situar-se em 2,3% no final do terceiro trimestre (-0,1 pp face ao final de 2024), com uma cobertura por imparidades de 55,9%.

Apesar do contexto de descida das taxas de juro, que afetou particularmente a margem financeira, a rentabilidade do setor foi menos afetada pelo controlo de custos e pela melhoria da qualidade do crédito, com menores imparidades. Nos 9 meses terminados em setembro de 2025, a rentabilidade do setor permaneceu elevada, ascendendo a 1,3% na rentabilidade do ativo (-0,2 pp) e a 14,8% na dos capitais próprios (-0,3 pp).

Nota: texto redigido com a informação disponível até 23 de fevereiro de 2026.

3. EVOLUÇÃO GERAL DO FUNDO DE PENSÕES E DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO PERÍODO

O quadro seguinte resume a evolução do fundo face ao ano anterior:

Valor do Fundo em 31/12/2024	191 701 300,35
Contribuições	3 817 497,90
Pensões	- 5 764 704,99
Rendimento Líquido	6 951 723,70
Outras Variações Líquidas	- 1 534 575,58
Valor do Fundo em 31/12/2025	195 171 241,37

Valores em euros

Do total de rendimento gerado, cerca de € 2 984 975,99 dizem respeito a ganhos líquidos de alienação e de avaliação de aplicações financeiras.

As contribuições para o fundo de pensões, durante o ano de 2025, são relativas quer a participantes quer à entidade patronal.

A rubrica "Outras Variações Líquidas" inclui os prémios de seguros, comissões de gestão e depósito, receitas e despesas provenientes dos seguros e comissões.

As contribuições realizadas estão em linha com o valor que tinha sido previsto, sendo que as diferenças são justificadas pelas entradas de novos participantes e pela evolução ocorrida na taxa de desconto, usada na avaliação atuarial, em linha com a regulamentação da IAS 19.

4. ALTERAÇÕES COM IMPACTO SIGNIFICATIVO NA GESTÃO DO FUNDO DE PENSÕES

Nada a mencionar.

5. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Na composição do património do Fundo, a Entidade Gestora terá em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, de qualidade, de rentabilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O objetivo da política de investimento do Fundo de Pensões do Banco Popular Portugal, S.A., foi definido tendo em consideração as linhas orientadoras de gestão dos ativos do Fundo, nomeadamente tratar-se de:

- um Fundo de Pensões sem taxa de rendimento garantida;
- dois Planos de Pensões de benefício definido que contemplam os benefícios previstos no ACT que regulamenta a atividade bancária em Portugal e no regulamento do Plano de Pensões dos membros executivos do Conselho de Administração;
- um Fundo de Pensões cujo nível de cobertura das responsabilidades a qualquer momento deverá ser superior a 95%, conforme Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

A gestão do Fundo reger-se-á por princípios de uma gestão sã e prudente, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

As aplicações em caixa e em disponibilidades à vista devem representar um valor residual, salvo em situações efetivas de força maior que conduzam, temporariamente, à inobservância deste princípio, nomeadamente em casos de entrega de contribuições, de necessidades de tesouraria ou de elevada instabilidade dos mercados financeiros.

A política de investimento será objeto de revisão pelo menos de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

A Estratégia seguida em matéria de afetação de ativos, encontra-se descrita no ponto 7 do presente relatório.

6. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Foram observados os princípios e regras prudenciais, aplicáveis aos investimentos em fundos de pensões, previstos na legislação em vigor, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

Na composição do património do fundo, é tomada em consideração os objetivos de finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e liquidez das respetivas aplicações financeiras.

7. LIMITES DE EXPOSIÇÃO E ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA VS ALOCAÇÃO ATUAL

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica.

Classe de Ativos	Alocação Central	Alocação de Ativos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	55,00%	54,70%	-0,30%	[30;75]
Instrumentos de Capital	5,00%	0,00%	-5,00%	[0;10]
Unidades de Participação	30,00%	39,29%	9,29%	[0;40]
FIM's/ETF's Maioritariamente de Obrigações	10,00%	13,64%	3,64%	[0;40]
FIM's/ETF's Maioritariamente de Ações	7,50%	19,64%	12,14%	[0;40]
Outros FIM's/ETF's	10,00%	0,95%	-9,04%	[0;40]
III's	2,50%	3,05%	0,55%	[0;10]
Outros Ativos	5,00%	0,00%	-5,00%	[0;10]
Líquidos	5,00%	6,02%	1,02%	[1;10]

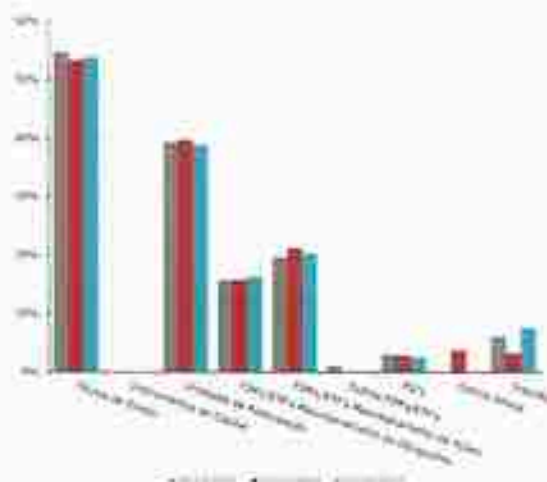
Dispõem-se também a alocação de ativos atuais e o desvio em relação à referida estratégia.

8. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Em 31/12/2025 a estrutura da carteira por classes de ativos era a seguinte:



Na estratégia de alocação de ativos, privilegiou-se o investimento em títulos de dívida, de acordo com o perfil conservador, no entanto, mantivemos um nível de exposição ao rendimento variável significativo, face aos limites da política de investimento, por via do bom desempenho desta classe no ano de 2025.



9. PERFORMANCE E RENDIBILIDADE DO FUNDO DE PENSÕES

No quadro seguinte, é apresentada a rendibilidade do Fundo de Pensões, para o ano de reporte:

RENDIBILIDADE	31/12/2024	31/12/2025
YTD	6,23%	3,63%

A medida de referência relativa à rentabilidade é a TWR (Time Weighted Rate of Return) e ao risco, o Desvio Padrão.

10. BENCHMARKS

A avaliação do desempenho de cada classe de ativos será efetuada contra os índices seguintes:

CLASSE DE ATIVOS	REFERÊNCIA
Titulos de Dívida / Pública	Índice BERPGA
Titulos de Dívida / Corporativa	BERC INDEX
Instrumentos de Capital	Euro Stoxx 50
Unidades de Participação / FIM's Obrigações	Índice BERPGA / BERC
Unidades de Participação / FIM's Ações	MSCI: Europe, USA, Global, Asia, Emergent Market
Unidades de Participação / Outros FIM's	Índice BERGA / BERC / MSCI Global
Unidades de Participação / ETF's	Respetivo Tracker
Unidades de Participação / Imobiliário	APFIPP
Outros Ativos	Euribor 6 M + 1%
Liquidez	Euribor 1 M

Em termos globais, a performance do fundo (3,63%) esteve abaixo do benchmark (4,15%).

A performance do benchmark, é determinada com base nas rendibilidades individuais de cada um dos índices em cima indicados, com recurso aos dados históricos dos mesmos, via bloomberg.

11. EVOLUÇÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO

Sem alterações, materialmente relevantes, relativamente aos principais riscos financeiros das carteiras de Fundos de Pensões, nomeadamente, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de mercado.

12. GESTÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO, INCLUINDO A EVENTUAL UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS E OPERAÇÕES DE REPORTE E DE EMPRÉSTIMO DE VALORES

O controlo do risco de crédito, é assegurado assumindo um nível aceitável de diversificação, sendo impostas restrições de investimentos à gestão, de acordo com as especificidades de cada carteira, estabelecendo-se limites de concentração por setor, por emitente ou país e classe de rating dos ativos. São especialmente acompanhados os títulos com Outlook Negativo. A gestão do risco de crédito no Fundo de Pensões, assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, com periodicidade mensal.

O risco de mercado é monitorizado através dos indicadores, duração modificada, vida média e convexidade, para o risco de taxa de juro e Beta para o risco de ações. São igualmente quantificadas as Estimativas de Perdas Esperadas, através do impacto de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira e da variação dos preços de mercado nos títulos de rendimento variável em carteira, respetivamente para o risco de taxa de juro e o risco de ações.

O risco de taxa de juro (variação) é monitorizado regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos, de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo) e os parâmetros utilizados são a duração modificada da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira.

13. NÍVEL DE FINANCIAMENTO DAS RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE PENSÕES

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do nível de financiamento das responsabilidades, para o cenário de financiamento:

	Plano Empregados	Plano Administração
Responsabilidades	109 679 349	10 678 756
Valor do Fundo	184 044 450	11 126 792
Nível de Financiamento	168%	104%

Valores em euros

O valor das responsabilidades, corresponde ao somatório do:

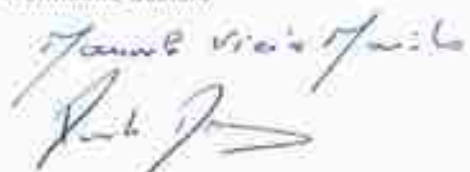
- Valor atual das pensões em pagamento;
- Valor atual das responsabilidades por serviços passados (participantes).

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação constante no presente relatório é apropriada e representa fidedignamente as transações e outros acontecimentos.

Lisboa, 20 de março de 2026

A Entidade Gestora



2. Demonstrações Financeiras

2.1. Demonstração da Posição Financeira

		Montado em Euros	
Demonstração da Posição Financeira		2023	2024
Ativo			
Impendimentos			
Impendimentos decorrentes de operações de seguros	+	107 144 111	107 264 800
Reserva de Solvência Técnica	+	11 761 110	11 774 890
Reserva de Seguros em Curso	+	20 000 000	20 000 000
Impendimentos decorrentes de operações de seguros	+	11 761 110	11 761 110
Ativo Total		150 666 331	150 800 800
Passivos			
Capital Social		2 140 000	2 140 000
Passivo Total		148 526 331	148 660 800
Reservas e Provisões			
Reserva de Solvência Técnica	+	11 761 110	11 774 890
Reserva de Seguros em Curso		20 000 000	20 000 000
Reservas e Provisões Total		31 761 110	31 774 890
Ativo Líquido		118 905 221	119 025 910
Passivo Líquido			
Capital Social		2 140 000	2 140 000
Reserva de Solvência Técnica		11 761 110	11 774 890
Passivo Líquido		13 901 110	13 914 890
Reservas e Provisões			
Reserva de Seguros em Curso		20 000 000	20 000 000
Reservas e Provisões		20 000 000	20 000 000

77 AS

2.2. Demonstração de Resultados

		Montado em Euros	
Demonstração de Resultados		2023	2024
Comissões	+	1 812 000	1 210 000
Perdas e Ganhos decorrentes de operações de seguros	+	19 783 000	1 180 000
Ganhos decorrentes de operações de seguros	+	1 000 000	1 000 000
Perdas decorrentes de operações de seguros	-	1 000 000	1 000 000
Perdas decorrentes de operações de seguros	-	1 000 000	1 000 000
Ganhos decorrentes de operações de seguros	+	11 240 000	11 410 000
Resultado Líquido		2 400 000	1 230 000

77 AS

2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Descrição de Fluxos de Caixa	2024	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Atividade Operacional			
Receitas	0	0 000 000	000 000
Despesas	0	000 000	000 000
Atividade Investida e Financiada			
Receitas	0	0 000 000	000 000
Despesas	0	000 000	000 000
Atividade Financeira			
Receitas	0	000 000	000 000
Despesas	0	000 000	000 000
Fluxos de caixa resultantes das atividades operacionais		0 000 000	000 000
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Atividade Operacional			
Receitas		000 000	000 000
Despesas		000 000	000 000
Atividade Investida			
Receitas		000 000	000 000
Despesas		000 000	000 000
Fluxos de caixa resultantes das atividades de investimento		0 000 000	000 000
Fluxos de caixa de financiamento			
Atividade Operacional			
Receitas		000 000	000 000
Despesas		000 000	000 000
Fluxos de caixa resultantes das atividades de financiamento		0 000 000	000 000
Fluxos de caixa resultantes das atividades operacionais		0 000 000	000 000
Fluxos de caixa resultantes das atividades de investimento		0 000 000	000 000
Fluxos de caixa resultantes das atividades de financiamento		0 000 000	000 000
Fluxos de caixa resultantes das atividades operacionais		0 000 000	000 000
Fluxos de caixa resultantes das atividades de investimento		0 000 000	000 000
Fluxos de caixa resultantes das atividades de financiamento		0 000 000	000 000

Handwritten signatures

3. Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Introdução

O Fundo de Pensões do Banco Popular Portugal (o Fundo) foi constituído em 27 de maio de 1994 e é gerido pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Sociedade Gestora).

Os objetivos do Fundo são os seguintes:

a) Assegurar a satisfação dos pagamentos de pensões de reforma por velhice ou invalidez aos trabalhadores da empresa Associada, bem como das pensões de sobrevivência devidas em caso de morte de trabalhadores ou reformados, nos termos estabelecidos nos instrumentos de contratação coletiva dos empregados bancários, incluindo o pagamento do subsídio de morte e os encargos a cargo do Associado inerentes ao pagamento dessas pensões, de acordo com a alínea a) do nº 4 da cláusula 144ª do ACT do setor bancário;

b) Assegurar a satisfação dos pagamentos de pensões de reforma por velhice ou invalidez aos membros executivos do Conselho de Administração da empresa Associada, bem como das pensões de sobrevivência devidas em caso de morte de Administradores Executivos no ativo ou reformados, nos termos estabelecidos no Plano de Pensões dos membros executivos do Conselho de Administração, incluindo os encargos a cargo do Associado inerentes ao pagamento dessas pensões, de acordo com a alínea a) do nº 4 da cláusula 144ª do ACT do setor bancário.

O Fundo é um fundo fechado, com duração indeterminada e financia um Plano de Benefício Definido. O financiamento do Plano de Pensões, definido no Contrato Constitutivo, é financiado por contribuições do Associado e contribuições dos participantes.

Na sequência da aquisição do Banco Popular Espanhol pelo Banco Santander, S.A., a 7 de junho de 2017, o grupo Santander levou a cabo um conjunto de transações visando a sua reorganização. No contexto desta reestruturação, no dia 27 de dezembro de 2017, o Banco Santander Totta adquiriu e incorporou por fusão o Banco Popular Portugal.

Como consequência desta fusão, o Banco Popular Portugal deixou de existir enquanto entidade jurídica, ou seja, a partir de dia 27 de dezembro de 2017, o Banco Popular Portugal foi incorporado por fusão no Banco Santander Totta.

Nota 2 – Comparabilidade

As contas do Fundo de 2025 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as contas do exercício de 2024.

Nota 3 – Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras do Fundo de Pensões foram preparadas no pressuposto da continuidade das suas operações, de acordo com os registos contabilísticos mantidos pela Entidade Gestora e conforme a Norma n.º 7/2010-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 4 de junho.

São apresentadas de seguida as bases de mensuração e as políticas contabilísticas.

Bases de mensuração:

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros registados ao justo valor.

Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

b) Instrumentos financeiros

O Fundo classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a natureza que lhes está subjacente. Assim, os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

As aquisições e alienações são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Fundo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

c) Numerário e depósitos em instituições de crédito

O Numerário e depósitos de curto prazo em outras instituições de crédito englobam os valores registados na Demonstração da Posição Financeira com maturidade inferior a 3 meses, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor. Adicionalmente, estão englobados nesta rubrica outros depósitos a prazo em instituições de crédito.

d) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

e) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

f) Comissões de gestão

As comissões a pagar pela gestão do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos, e correspondem a 0,50% do valor dos ativos em gestão em 30 de junho de cada ano.

g) Comissões de custódia

As comissões a pagar ao banco pela guarda dos ativos do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

h) Impostos e taxas

De acordo com o artigo 16º do Estatuto dos Benefício Fiscais, os Fundos de Pensões e equiparáveis são isentos de:

IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos Fundos de Pensões e equiparáveis; e

Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

i) Contribuições

As contribuições, apuradas por recurso a estudo atuarial, são registadas quando recebidas.

j) Pensões

As pensões são processadas e pagas sempre que se verifiquem as condições indicadas no contrato. O registo é efetuado aquando do pagamento.

Nota 4 – Instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros, do Fundo em 31 de dezembro de 2025 está apresentada no Anexo 1 – Inventário de participações e instrumentos financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	2025		2024	
	Valor €	% do Total	Valor €	% do Total
Ativos de curto prazo em euros de baixa risco	16.476.111	11,3%	16.201.960	11,3%
Ativos de curto prazo em euros de médio e longo prazo	149.722.914	102,7%	149.722.914	102,7%
Instrumentos Financeiros Derivados	—	0,0%	22.341	0,0%
Total	166.199.025	100,0%	166.199.025	100,0%

O apuramento do justo valor para os ativos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis e, quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo), é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A valorização dos ativos financeiros por níveis, a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisada como se segue:

	2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos de curto prazo em euros de baixa risco	16.476.111	21.957.240	23.942.960	62.376.311
Ativos de curto prazo em euros de médio e longo prazo	149.722.914	—	—	149.722.914
Total	166.199.025	21.957.240	23.942.960	192.100.225

	2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos de curto prazo em euros de baixa risco	16.201.960	22.117.191	19.191.960	57.511.111
Ativos de curto prazo em euros de médio e longo prazo	149.722.914	—	—	149.722.914
Instrumentos Financeiros Derivados	22.341	—	—	22.341
Total	166.199.025	22.117.191	19.191.960	197.508.176

Nota 5 – Numerário e depósitos em instituições de crédito

Inclui o montante de 12.180.582 Euros em depósitos à ordem (2024: 6.783.508 Euros).

Nota 6 – Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica estão incluídos os juros decorridos sobre as obrigações e sobre outras aplicações no montante de 931.064 Euros (2024: 751.221 Euros).

Nota 7 – Contribuições

As contribuições efetuadas pelo Associado e pelos participantes do Fundo de Pensões em 2025 e 2024 foram integralmente realizadas e apresentam a seguinte decomposição:

	Monte, Euro	
	2025	2024
Contribuições do Associado	1.200.000	707.000
Contribuições dos Participantes	517.498	812.888
Total em 31 de dezembro	1.717.498	1.519.888

Nota 8 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Monte, Euro	
	2025	2024
Pensões e capitais vencidos		
Ativos	9.764.738	6.149.679
Total em 31 de dezembro	9.764.738	6.149.679

Nota 9 – Rendimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	2025		2024	
	€	milhões	€	milhões
Saldo / Unidades de participação	1	227.475	1	219.232
Comparações / Outros fluxos financeiros fixos	0	224.195	1	249.959
Dividendos		126.999		167.326
Outros		(14.281)		216
Total em 31 de dezembro		3.977.369		2.823.746

Nota 10 – Ganhos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	2025		2024	
	€	milhões	€	milhões
Ganhos				
Recebíveis		7.569.899		8.199.492
- De seguros	610.000		621.494	
- De outros de participação	120.000		2.402.000	
- De outros de seguros	1.980.000		1.200.000	
Recebidos		6.134.899		6.644.492
- De seguros	200.000		1.000.000	
- De outros de participação	1.120.000		1.200.000	
- De outros de seguros	10		3.000	
Diferenças de câmbio				642.000
- Taxas de câmbio			642.000	
Total em Ganhos		13.704.798		15.544.276
Perdas				
Recebíveis		(8.975.422)		(9.406.922)
- De seguros	(110.000)		(100.000)	
- De outros de participação	(200.000)		(100.000)	
- De outros de seguros	1.000.000		2.000.000	
Recebidos		(2.130.798)		(1.992.000)
- De seguros	(600.000)		(100.000)	
- De outros de participação	1.000.000		1.000.000	
- De outros de seguros	(500.000)		(100.000)	
Diferenças de câmbio		(2.012.200)		
- Taxas de câmbio	(2.012.200)			
Total em Perdas		(10.987.620)		(11.398.922)
Total em 31 de dezembro		2.717.178		4.145.354

Nota 11 – Outros rendimentos e ganhos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euro	
	2025	2024
Outros rendimentos	4 742	28 923
Total em 31 de dezembro	4 742	28 923

Nota 12 – Outras despesas

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euro	
	2025	2024
Premios de seguros	253 482	230 043
Comissões de gestão e de depósito	1 118 325	588 382
Outras despesas	173 311	170 860
Impostos	9 640	14 260
Total em 31 de dezembro	1 349 559	1 412 355

Os prémios de seguros referem-se ao custo incorrido com as apólices de seguro para cobertura de morte.

As comissões de gestão correspondem ao custo incorrido pela gestão do fundo e corresponde a 0,50% do valor dos ativos em gestão em 30 de junho de cada ano.

Na rubrica de outras despesas encontram-se registados os custos com a certificação atuarial, auditoria, despesas com transações de títulos e despesas de "research".

Nota 13 – Transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações entre o Fundo e o Associado, ou empresas com esta relacionada, para os períodos 2025 e 2024, resumem-se como segue:

	2025		2024	
	Demonstração do Patrimônio Líquido	Demonstração do Resultado	Demonstração do Patrimônio Líquido	Demonstração do Resultado
Banco Santander Totta, S.A.				
Saldo em 1.1.2025	13.170.211		8.101.111	
Contribuições		2.702.000		20.000
Saldo em 31.12.2025	13.170.211	2.702.000	8.101.111	20.000
Banco Santander Totta Seguros, S.A.				
Saldo em 1.1.2025	1.000.000	11.101.000	1.000.000	100.000
Prejuízo de Seguros de Vida		(10.101.000)		(100.000)
Saldo em 31.12.2025	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0
Total em 31.12.2025	14.170.211	3.702.000	9.101.111	120.000

Na sequência da aquisição do Banco Popular Espanhol pelo Banco Santander, S.A., a 7 de junho de 2017, o grupo Santander levou a cabo um conjunto de transações visando a sua reorganização. No contexto desta reestruturação, no dia 27 de dezembro de 2017, o Banco Santander Totta adquiriu e incorporou por fusão o Banco Popular Portugal.

Nota 14 – Política de investimentos

A política de investimento do Fundo de Pensões Banco Popular Portugal tem como objetivo formular os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do Fundo, em conformidade com:

- O tipo de Fundo de Pensões;
- A natureza dos benefícios abrangidos pelo Plano de Pensões;
- As características da população abrangida e a duração das responsabilidades assumidas; designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de financiamento das responsabilidades do Fundo de Pensões.

A política de investimento é objeto de revisão com o Associado, nos termos que estão definidos no contrato.

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também a alocação de ativos atuais e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Ativos	Alocação Central	Alocação de Ativos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Titulos de Dívida	55,00%	54,70%	-0,30%	[30;75]
Instrumentos de Capital	5,00%	0,00%	-5,00%	[0;10]
Unidades de Participação	30,00%	39,29%	9,29%	[0;40]
FIM's/ETF's Maioritariamente de Obrigações	10,00%	15,64%	5,64%	[0;40]
FIM's/ETF's Maioritariamente de Ações	7,50%	19,64%	12,14%	[0;40]
Outros FIM's/ETF's	10,00%	0,98%	-9,04%	[0;40]
FII's	2,50%	3,05%	0,55%	[0;10]
Outros Ativos	5,00%	0,00%	-5,00%	[0;10]
Líquidez	5,00%	6,02%	1,02%	[1;10]

Nota 15 – Risco associado a instrumentos financeiros

O Fundo de Pensões está exposto a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros. O risco financeiro chave a que um Fundo de Pensões está exposto, corresponde à potencial incapacidade deste para cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, a possibilidade dos rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes do pagamento das pensões e encargos inerentes.

Os principais riscos a que um Fundo de Pensões está exposto são:

Risco de crédito

O Risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do associado e dos participantes no reforço do Fundo e da contraparte relativamente às obrigações contratuais, no que se refere à carteira de investimentos.

A gestão do risco de crédito no fundo, associado à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios mensais de riscos financeiros para a carteira global.

O quadro seguinte mostra a exposição por classe de ativos, com referência às datas de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025*		2024*	
	%	Valor	%	Valor
Rendimentos Fixos	54,7%	102 708 818	56,8%	109 696 719
Títulos Fixos	46,5%	89 506 399	52,2%	97 551 763
Títulos Variáveis	3,8%	7 392 419	1,8%	3 644 956
Caixa/Banco	4,3%	8 209 999	4,8%	9 499 999
Rendimentos Variáveis	34,2%	66 721 666	36,9%	70 721 464
Sem garantia de capital	30,2%	59 223 890	32,3%	60 220 097
Embutimentos	0,5%	970 000	0,2%	370 000
F.I.M. - Açúcares	4,3%	8 337 766	4,3%	8 337 766
F.I.M. - Cervejas	22,8%	44 444 311	22,2%	44 375 822
A.I.M. - Outros	0,5%	970 000	1,1%	18 000 000
Imobiliário	3,1%	6 023 657	3,8%	6 932 907
Reserva Monetária	6,1%	12 100 943	3,8%	6 742 508
Reserva Benefícios	-0,2%	(453 372)	-0,2%	(394 365)
Total	100,0%	179 171 241	100,0%	191 701 338

* Valor em milhões

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela entidade gestora do Fundo.

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (*Standard & Poor's*, *Moody's*, *Fitch* e *DBRS*), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas alterações de notação por título, acompanhamento dos Outlook, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

A exposição da carteira aos ratings é a que se indica:

Rating	2025		2024	
	Rating Emissor	Rating Emissor	Rating Emissor	Rating Emissor
	% da Carteira	% Rend. Fixo	% da Carteira	% Rend. Fixo
(AAA - AA)	51,0%	97,2%	67,1%	66,3%
(BBB - A)	3,8%	1,7%	8,1%	8,3%
(B+ - B)	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%
BB	0,0%	1,1%	6,7%	11,0%
Total	54,7%	100,0%	56,8%	100,0%

Em termos de exposição das classes de rating por maturidade (vida média), a componente de rendimento fixo e de produtos estruturados apresenta as seguintes exposições a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

2023	+3	+5	+7	+10	+10	Total	
						em %	em Valor
2023 (em %)	4,2%	7,8%	10%	13%	15,2%	12,9%	184 261 178
2023 (em %)	4,2%	8,8%	10%	12%	14%	12,9%	1 321 816
2023 (em %)	4,2%	8,8%	10%	12%	14%	12,9%	8
2023 (em %)	4,2%	8,8%	10%	12%	14%	12,9%	1 486 994
Total (em %)	11,8%	15,1%	17,3%	20%	25,4%	24,7%	
Total (em valor)	22 319 321	22 319 301	14 714 864	8 688 032	47 824 448		100 388 318

2024	+3	+5	+7	+10	+10	Total	
						em %	em Valor
2024 (em %)	4,1%	7,7%	10%	13%	15,2%	12,9%	8 209 274
2024 (em %)	4,1%	8,7%	10%	12%	14%	12,9%	219 183
2024 (em %)	4,1%	8,7%	10%	12%	14%	12,9%	5
2024 (em %)	4,1%	8,7%	10%	12%	14%	12,9%	12 822 181
Total (em %)	11,3%	15,1%	17,3%	20%	25,4%	24,8%	
Total (em valor)	40 439 842	21 084 840	1 831 407	11 248 731	18 310 318		109 254 738

Risco de taxa de juro

As operações do Fundo encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro, para os ativos geradores de juros (investimentos).

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a modified duration dos títulos de rendimento fixo, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa no total da carteira:

Indicadores	2025	2024	Variação
Modified Duration	0,60	3,01	1,4 pp
Yield Médio	5,76	3,97	0,7 pp

O impacto estimado de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa no total da carteira, com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

Variação taxa juro (em pontos base)	Variação Estimada 2025		Variação Estimada 2024	
	Porcentagem (%)	Valor (Euros)	Porcentagem (%)	Valor (Euros)
200	11,0%	21 422 188	8,6%	-18 488 622
200	-1,2%	-2 281 351	-1,7%	(10 889 08)
100	-1,7%	-2 140 223	-2,4%	-5 109 518

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

É efetuado anualmente um estudo de ALM, com o objetivo de avaliar a adequação entre os ativos financeiros e as responsabilidades. Para o efeito projetaram-se as responsabilidades no cenário de financiamento, assumindo-se os pressupostos da avaliação atuarial.

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e outros.

Mensalmente, são feitos testes de sensibilidade/ variação às taxas de juro e aos preços de ações e de fundos de investimento e quantificação do seu impacto na valorização dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos do Fundo. O seu impacto é o referido acima, no ponto Risco de taxa de juro.

Quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos sobre o total da carteira, os indicadores, com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

FMI/Ações	Perda estimada 2025		Perda estimada 2024	
	%	Euros	%	Euros
-10%	1,62%	1 672 188	-3,87%	3 372 248
-20%	7,23%	7 343 372	-17,38%	-14 344 487
FII				
-10%	-0,21%	-340 268	-0,29%	-357 281
-20%	0,81%	1 180 711	-0,39%	-1 158 781

Adicionalmente, são analisados os seguintes riscos:

a) Exposição ao risco País/Zona Geográfica

Em relação à exposição ao risco país / Zona Geográfica para a carteira de renda fixa e para a carteira de renda variável, os investimentos do Fundo apresentam as seguintes exposições, a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Zona Geográfica	Peso em carteira 2025	Peso em carteira 2024	Variação
Renda Fixa			
Europa (incluindo Turquia)	11,3%	10,7%	+0,6 pp
Estados Unidos da América	2,8%	2,2%	+0,6 pp
Brasil	1,0%	1,0%	0,0 pp
Total	25,1%	23,9%	+1,2 pp
Renda Variável			
Europa (incluindo Turquia)	24,6%	24,7%	-0,1 pp
Estados Unidos da América	1,0%	1,1%	-0,1 pp
Brasil	0,0%	0,0%	0,0 pp
Total	25,6%	25,8%	-0,2 pp

b) Risco de exposição aos setores

Em relação à exposição por setor a carteira de investimentos do Fundo apresenta a seguinte exposição, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Sector	Peso em carteira 2025	Peso em carteira 2024	Variação
Indústria	41,7%	41,5%	+0,2 pp
Finanças	19,5%	19,9%	-0,4 pp
Utilidade	1,0%	1,0%	0,0 pp
Comércio, retalho	1,5%	1,6%	-0,1 pp
Imobiliário	7,5%	7,4%	+0,1 pp
Comunicação, Media e Cinema	1,0%	1,0%	0,0 pp
Comércio, Alimentação	1,0%	1,0%	0,0 pp
Transporte	1,0%	1,0%	0,0 pp
Serviços financeiros	1,0%	1,0%	0,0 pp
Indústria e comércio	1,0%	1,0%	0,0 pp
Indústria e comércio	1,0%	1,0%	0,0 pp

Exposição por grau de subordinação

Em termos de exposição do setor financeiro por grau de subordinação dos títulos de dívida temos a seguinte decomposição em 2025 e 2024:

31/12/2025			
Ano de 2025	Valor Investimentos	Financiados (%)	FP - GPD (%)
Banco	11.244.812	62,0%	7,8%
Outros	5.128.708	27,9%	1,8%
Total	16.373.520	100,0%	9,6%

31/12/2024			
Ano de 2024	Valor Investimentos	Financiados (%)	FP - GPD (%)
Banco	12.121.156	72,9%	6,3%
Outros	5.124.853	31,1%	1,9%
Total	16.880.101	100,0%	8,2%

Nota 16 – Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do nível de financiamento das responsabilidades, para o cenário de financiamento:

	Plano Empregados	Plano Administração
Responsabilidades	109 679 349	10 678 756
Valor do Fundo	184 044 450	11 126 792
Nível de Financiamento	168%	104%

Valores em euros

O valor das responsabilidades, corresponde ao somatório do:

- Valor atual das pensões em pagamento;
- Valor atual das responsabilidades por serviços passados (participantes);

Nota 17 – Eventos subsequentes

Até à data de autorização para a emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

